

## **DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ESTADO BRASILEIRO NA VIRADA DO SÉCULO XXI : UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA**

**Profa. Dra. Vânia Rubia Farias Vlach  
Universidade Federal de Uberlândia  
Departamento de Geografia  
Brasil**

Defendemos a tese de que a idéia de território desempenhou (e desempenha ) um papel de importância fundamental na História do Estado brasileiro. A enorme e extraordinária expansão da estreita faixa de terra ao longo do oceano Atlântico em direção ao centro-oeste da América do Sul, de um lado ; e, de outro, a transformação da ex-colônia do Império Português da América em um dos mais vastos Estados do mundo contemporâneo fizeram do território brasileiro a idéia chave que levou, inicialmente, à construção de um Estado e, mais tarde, de uma nação brasileira. A força simbólica do território foi o instrumento que as elites (políticas e intelectuais, civis e militares) usaram para construir esse Estado-nação, hoje dotado do aparelho burocrático mais moderno da América Latina (não obstante o conservadorismo político de seus dirigentes).

Às vésperas da independência da ex-colônia portuguesa (1822), o Brasil possuía cerca de 7,5 quilômetros quadrados, onde se distribuíam de maneira muito desigual cerca de 5 milhões de habitantes, dos quais 2 milhões eram brancos (na verdade, mestiços em sua maior parte), 1,5 milhão eram escravos africanos, 500 000 índigenas “integrados” à economia, e 1 milhão eram indígenas isolados. O fato de que o “norte” do Brasil era sobretudo habitado por mestiços, e o “sul” por uma maioria branca explica porque as elites, temendo uma divisão do território brasileiro em dois (“o norte” e “o sul”), decidiram transformar essa enorme superfície em “o grande império da América”.

Para realizarem essa enorme ambição política, as elites elaboraram um projeto nacional (para usar a linguagem de nossos dias) que não hesitou a conciliar uma monarquia constitucional apoiada nos princípios liberais do século XIX com uma instituição que, na prática, negava esses mesmos princípios : a escravidão, pois, a seu ver, esse era o preço a pagar para evitar qualquer tentativa de separatismo por parte de algumas oligarquias regionais. Sem nenhuma dúvida, esse projeto político conferiu prioridade à formação de um Estado no território brasileiro.

Compreende-se, pois, porque a construção de uma nação brasileira foi um processo muito lento, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos e, guardadas as devidas proporções, no que também ocorreu na América meridional de origem espanhola, onde os vários Estados republicanos afirmaram, cada qual, sua unidade nacional através de uma forte oposição aos vizinhos mais próximos. Não poucas 3 vezes tais oposições implicaram em rivalidades políticas sobre territórios disputados por duas ou três repúblicas, o que levou à guerras entre elas. Essas guerras contribuíram para criar e, posteriormente, consolidar a identidade nacional de cada um desses jovens Estados.

Pensamos que a idéia de território se tornou a “chave” da política e da geopolítica do Estado-nação brasileiro sobretudo a partir da década de 1920. De um lado,

isso significa que a instauração do regime político republicano no Brasil (1889) não havia, até então, conseguido construir uma nação brasileira ; de outro lado, que o antigo projeto de fazer do Brasil “o grande império da América” corria o risco de se esvaziar, caso o Estado não definisse uma política que levasse em conta as necessidades materiais e as aspirações do povo.

Desde o início da década de 1920, as elites intelectuais e os dirigentes brasileiros compreenderam, finalmente, que a manutenção da unidade política do Brasil (por muitos entendida como a maior realização do Império do Brasil) não podia mais adiar a construção de uma nação brasileira, tarefa muito complexa se considera as profundas diferenças que existem entre suas formações sociais.

Paralelamente, aqueles que introduziram a geopolítica no Brasil fizeram da manutenção da unidade nacional do Estado brasileiro o objeto privilegiado de sua reflexão.

4 Assim, podemos afirmar que, durante a década de 1920, ao defender a proposta de transferência da capital do litoral em direção ao interior do país, Everardo Backheuser lançou o primeiro movimento de idéias geopolíticas no Brasil. É preciso lembrar que tal transferência foi uma das estratégias que ele apontou como necessárias à manutenção da unidade político-territorial do Estado brasileiro. Nas décadas de 1930 e 1940, apresentou mais duas estratégias tendo em vista o mesmo objetivo : 1) uma divisão regional do Estado brasileiro ; 2) a criação de territórios federais nas fronteiras do Brasil.

Ao destacar o significado simbólico do território na política do Brasil, Backheuser deu às suas propostas um caráter geopolítico. Esse primeiro movimento de idéias geopolíticas culminou no que seria, posteriormente, conhecido como a “escola brasileira de geopolítica”, cujo ponto de partida foi dado pelo capitão Mario Travassos em 1930. Não há a menor sombra de dúvida que o livro *Projeção Continental do Brasil* (1935), de sua autoria, expõe os fundamentos políticos e geográficos dessa escola.

Interessado no engrandecimento do Estado brasileiro, Travassos propõe que o governo de Getúlio Vargas (mas não o cita !) defina uma infra-estrutura no setor de transportes baseada “*nas linhas naturais ou geográficas de circulação do próprio território e contendo as adaptações ou variantes que as possibilidades humanas põem hoje ao serviço dos homens de Estado para a consecução das finalidades políticas das coletividades que dirigem*” (TRAVASSOS, 1935:186). A sintonia entre as propostas de Travassos e os objetivos do governo de Vargas pode ser resumida pelo seguinte “quarteto” : unidade nacional – crescimento económico – defesa militar – influência regional. De fato, o “Estado Novo” se organizou, e organizou a atividade política em torno da defesa do nacionalismo. Do ponto de vista da política externa, as medidas tomadas procuraram efetuar uma adequação entre o “tipo continental” do território brasileiro e a sua ambição de exercer influência (ou hegemonia ?) política na América do Sul (a “projeção continental do Brasil”). De qualquer maneira, ao término da ditadura de Vargas (1945), uma nação brasileira havia se constituído (não obstante a cidadania incompleta), e o Brasil era o único Estado da América Latina efetivamente reconhecido na cena política mundial.

Por outro lado, deve-se destacar que os militares marcaram a geopolítica brasileira com a lógica própria de seus argumentos e estratégias de uma maneira

tão forte que, até muito recentemente, a geopolítica foi entendida como um instrumento do Estado para controlar, política e militarmente, a nação brasileira. Isso explica as inextrincáveis relações entre os geopolíticos e os fundadores do pensamento autoritário brasileiro (Alberto Torres e Oliveira Vianna).

6 Os geopolíticos encontraram na Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, um espaço privilegiado para exposição, discussão e disseminação de suas idéias e projetos políticos. Por isso mesmo, Carlos de Meira Mattos não hesitou à afirmar que “é a ESG responsável por uma doutrina política essencialmente brasileira, fundamentada na dinâmica da aplicação do poder nacional” (MATTOS, 1975:60). A originalidade da “escola brasileira de geopolítica” está em que ela se estruturou a partir de uma reflexão a respeito das estratégias e meios necessários para a consolidação do poder (interno e externo) do Estado brasileiro.

Como grandes defensores da manutenção da unidade político-territorial do Estado brasileiro, desde a década de 1950 os geopolíticos militares privilegiaram a estratégia de efetiva integração entre suas regiões. Assim, a política *d'aménagement du territoire*, colocada em prática independentemente do caráter civil ou militar dos governos do Brasil, permitiu a valorização econômica de regiões que não tinham praticamente relação com o centro político e econômico do Brasil, hoje representado pelo eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte (Brasília é apenas o centro administrativo). Essa política acentuou a unidade política e territorial do Estado brasileiro. A manutenção de tal unidade aumentou, seja no seio das elites em geral, seja no seio das camadas populares, o sentimento de orgulho nacional.

7 À medida que a integração nacional se consolidava, o Estado brasileiro aumentou sua influência política, econômica e militar na América Latina, bem como sua participação no mercado mundial e nos principais órgãos das instituições políticas internacionais (a exemplo da Organização das Nações Unidas-ONU).

Esse conjunto de fenômenos explica porque seus dirigentes reivindicavam, para o Estado brasileiro, o direito de ocupar uma posição privilegiada junto aos Estados mais poderosos do mundo, e porque o consideravam em condições de exercer uma hegemonia regional. Assim, os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, os maiores valores da “escola brasileira de geopolítica” (depois de Travassos) não hesitaram à reivindicar, para o Brasil, a posição de “grande potência”, sobretudo durante o período do “milagre econômico brasileiro” (1968-1974).

É preciso assinalar que, de meados da década de 1960 até meados da década de 1980, quando controlados por aparelhos militares, os Estados brasileiro e argentino exacerbaram sua rivalidade em torno da hegemonia na América Latina.

O caráter geopolítico dessa rivalidade contribuiu para explicar porque, na América Latina de uma maneira geral, e no Brasil, em particular, a geopolítica se tornou sinônimo de uma prática política militar e dos militares.

8 Em meados dos anos 1980, porém, o retorno da democracia torna-se uma realidade no Brasil e, posteriormente, na América Latina. Nesse contexto de reconquista de direitos políticos e de liberdade de expressão, a geopolítica deixa de ser uma corrente de pensamento e uma prática política desenvolvida essencialmente por militares, ou com o objetivo de expansão territorial de um

Estado, ou com a finalidade de controlar o povo de um Estado. No caso brasileiro, é preciso lembrar que Golbery do Couto e Silva também foi o mentor do retorno ao Estado de direito. À medida que se intensificaram os debates políticos para o restabelecimento da democracia, o território brasileiro (seja como valor simbólico, seja como objeto de interesses precisos) ocupou um lugar privilegiado, e permitiu o surgimento de inúmeras representações contraditórias a respeito de seu significado na política do Estado brasileiro. Foi assim que o referendo a respeito do regime e da forma de governo, realizado em 1993, deu margem ao debate “parlamentarismo x presidencialismo”, um debate que ganhou um caráter geopolítico. Em primeiro lugar, porque as implicações de ordem político-administrativa colocadas pelo tamanho do território brasileiro receberam uma atenção especial por parte de todos os interessados, monarquistas, republicanos, de direita ou de esquerda. Em segundo lugar, porque a unidade político-territorial do Brasil foi, mais uma vez, contestada pelo aparecimento de alguns movimentos separatistas. O fato é que o povo, de uma maneira geral, não aceitou nenhuma das propostas separatistas. Isso nos permite afirmar que a manutenção da unidade política constitui o maior patrimônio do Estado brasileiro (elites e povo estão de acordo a esse respeito).

O fato de que o poder do Estado brasileiro é muito marcado pela força simbólica da idéia de território, e de que a população inteira se orgulhe da manutenção de sua singular unidade nacional nos permite compreender porque a crescente mundialização da economia é interpretada sobretudo como um desafio que deve melhorar a performance do aparelho de Estado no setor de políticas públicas de caráter social, e resolver a questão da terra no campo. Um dos argumentos mais utilizados para justificar a melhoria da performance do Estado brasileiro é aquele segundo o qual um território tão vasto pode favorecer a resolução de conflitos regionais (e outros) no interior das fronteiras ; por conseguinte, sua unidade política não é ameaçada.

É nesse sentido que a modernidade que se quer dar ao aparelho de Estado brasileiro se baseia, entre outras razões, na vontade política de lhe oferecer os meios para que seus representantes oficiais (civis e militares) possam estar presentes em todo o território nacional, e para que as políticas do governo possam incluir efetivamente o tecido social da nação. Se levamos em conta a dimensão do território, as profundas diferenças sociais e regionais que o caracterizam, o montante de recursos (materiais e humanos) necessários para que o aparelho de Estado esteja presente no interior do país, sobretudo nas fronteiras da Amazônia, podemos compreender porque as recentes reformas do Estado brasileiro privilegiam a reconstrução de um Estado democrático e forte para manter a ordem sobre um tão vasto território (o que coloca a questão da soberania nacional, atualmente objeto de acirrada polêmica), e para promover o bem público para a nação (o que lhe garante a legitimidade política).

Por outro lado, o Estado brasileiro tenta imprimir uma orientação política ao Mercado Comum do Sul-Mercosul, que representa, sem nenhuma dúvida, o fim de uma prática política de Estados que, durante quase dois séculos, “deram as costas”

uns aos outros. É certo que o Estado brasileiro, dotado de uma forte consciência

nacional, encara esse mercado comum também como uma estratégia para exercer hegemonia regional. E – por que não ? – para aumentar sua projeção no mundo ... já que o projeto “grande potência” jaz nas águas geladas da Antártida ! ... Algumas questões se impõem como verdadeiros desafios à qualquer tentativa de consolidação do poder do Estado brasileiro na América Latina e no mundo. É a política interna que define a natureza e a amplitude de tais desafios : 11

1) a questão regional não foi resolvida, de sorte que todos os brasileiros não são, efetivamente, cidadãos. Falta-lhes, pois, os meios indispensáveis para a conquista do sentimento de “ter direito a ter direitos” ;

2) a nação brasileira pode vir a ser objeto de contestações importantes no futuro. Em uma nação marcada por tantas diferenças regionais e sociais, uma região (a mais rica ou a mais pobre) poderia aproveitar-se da flexibilidade da mundialização para lutar com o propósito de se emancipar do conjunto nacional. Afinal, a democracia não resolve todos os problemas de uma sociedade.

Pensamos, pois, que a unidade político-territorial do Estado-nação brasileiro, ainda que hoje aparentemente consolidada, não pode ser encarada como uma conquista definitiva. Mas acreditamos também que a generalização do sentimento de “ter direito a ter direitos” é o melhor antídoto contra quaisquer tentativas de fragmentação de seu vasto território : de um lado, porque ela fortalece os debates democráticos, isto é, a confrontação das diversas tendências na cena política ; de outro, porque ela pode favorecer ainda mais o desenvolvimento da consciência nacional.

Ao contrário daqueles que defendem que as supostas leis da economia seriam capazes de eliminar o princípio da territorialidade da cena política internacional, acreditamos que o território da nação, indissociável da soberania que o Estado exerce em nome do povo, e as liberdades básicas do cidadão continuam ocupando um lugar central nesse mundo às vésperas do século XXI. Em outras palavras, pensamos que na nova dinâmica que hoje se constitui na cena internacional, a geopolítica, sob uma forma ligada à democracia e à cidadania, e com base no papel simbólico representando pelo território na vida de todas as entidades humanas que existem no “planeta azul”, poderá contribuir para diminuir os riscos que ameaçam a paz mundial.

### **Referências bibliográficas**

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil : Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro :Biblioteca do Exército/José Olympio, 1975. 109 p.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. 2a. ed. ampliada. São Paulo : Nacional, 1935, 331 p. (Brasílica, v. L).